

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA: IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS NA GEOGRAFIA ESCOLAR EM TERESINA/PI E AS TDICs

Marcos Gomes de Sousa¹
Jozemilia de Jesus dos Santos Menezes²
Raimundo Lenilde de Araújo³

RESUMO

A pesquisa em questão apresenta uma discussão sobre os desafios do ensino de Geografia durante a pandemia da Covid-19, tendo como principal ponto de destaque as políticas públicas educacionais implementadas e suas consequências para este componente curricular utilizando as TDICs. Diante disso, foram realizadas leituras, análises e interpretações documentais, tais como as Normas e Portarias acerca do processo de continuação das aulas que seriam presenciais. Logo, para este trabalho, foram selecionados oito (8) documentos normativos, os quais visavam nortear e favorecer estratégias de ensino. Ademais, foram utilizadas as obras dos autores: Galzerano (2021), que discute as políticas educacionais na pandemia; Kenski (2012), que aborda a temática da educação e as tecnologias. E foram realizadas visitas no site da Secretaria de Estado da Educação do Piauí, que é o local onde foram publicados os documentos normativos educacionais. Dentre os principais resultados obtidos no estudo, evidenciou que um dos dilemas enfrentados foi a constatação do desconhecimento de muitos professores ao utilizar as TDICs em seu fazer docente, o que caracterizou o analfabetismo digital em seu processo inicial, como por exemplo, o uso de aplicativos, do computador, acesso a internet de qualidade, e ainda, como dilema secundário, a dispersão dos alunos durante as aulas *on-line*. Somando-se a isso, o fato que as práticas educacionais direcionadas ao uso das tecnologias por meio das portarias publicadas só foram de fato compreendidas pelo corpo docente após o início das aulas *on-line*, a partir da Portaria nº 446/2020 de 22 de junho de 2020, consolidando-se as aulas remotas na rede estadual de ensino da cidade.

Palavras-chave: Pandemia, Ensino de Geografia, Portarias, Políticas públicas.

RESUMEN

La investigación en cuestión presenta una discusión sobre los desafíos de la enseñanza de la Geografía durante la pandemia de Covid-19, teniendo como principal destaque las políticas públicas educativas implementadas y sus consecuencias para este componente curricular utilizando las TDIC. Ante esto, se realizaron lecturas de documentos, análisis e interpretaciones, como las Normas y Ordenanzas respecto al proceso de continuación de clases que serían presenciales. Por lo tanto, para este trabajo se seleccionaron ocho (8) documentos normativos, que tuvieron como objetivo orientar y favorecer las estrategias de enseñanza. Además, se utilizaron los trabajos de los autores: Galzerano (2021), quien

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal - UFPI, marcosggomes77@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal - UFPI, jozemiliamenezes@gmail.com;

³ Professor orientador: pós-Doutorando, Universidade de Lisboa/Portugal – IGOT/ULisboa, raimundolenilde@ufpi.edu.br;

análise das políticas educativas durante la pandemia; Kenski (2012), que aborda el tema de educación y tecnologías. Y se realizaron visitas al sitio web de la Secretaría de Educación del Estado de Piauí, que es el lugar donde se publicaron los documentos normativos educativos. Entre los principales resultados obtenidos en el estudio, se mostró que uno de los dilemas enfrentados fue la observación del desconocimiento de muchos docentes al utilizar las TDIC en su enseñanza, lo que caracterizó el analfabetismo digital en su proceso inicial, como por ejemplo, la uso de aplicaciones, la computadora, el acceso a internet de calidad, y también, como dilema secundario, la dispersión de los estudiantes durante las clases en línea. A esto se suma el hecho de que las prácticas educativas orientadas al uso de tecnologías a través de ordenanzas publicadas solo fueron comprendidas por el profesorado después del inicio de las clases en línea, a partir de la Ordenanza n.º 446/2020, de 22 de junio de 2020, que consolidó las clases a distancia en la red educativa estatal de la ciudad.

Palabras clave: Pandemia, Enseñanza de Geografía, Ordenanzas, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A disseminação do vírus Sars-cov-2, que originou a Covid-19 em solo brasileiro, desencadeou dilemas sociais severos como o distanciamento social nas escolas e em outras instituições sociais. De acordo com Galzerano (2021, p. 123), “[...] a disseminação da Covid-19 em diversas partes do globo fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a caracterizasse como pandemia em março de 2020”. Com isso, políticas públicas educacionais foram implementadas durante o isolamento social com a pretensão da redução da exclusão social escolar, prática docente e orientações quanto à continuação das aulas, porém de forma remota com o uso das tecnologias. As tecnologias se tornaram, portanto, um dos recursos essenciais para o processo de ensino e aprendizagem no cenário da Covid-19 (Sousa; Araújo, 2022).

Diante disso, a pesquisa, em síntese, aborda uma discussão sobre as políticas públicas educacionais no momento pandêmico e os desafios docentes no componente curricular de Geografia em Teresina/PI. Conforme Araújo, Sousa e Lacerda (2022, p. 67):

Diante desse cenário, as escolas e as secretarias de educação apresentaram um papel muito significativo em relação à inserção dos recursos tecnológicos, uma vez que ocorreu um índice elevado da evasão escolar, justamente por falta de apoio aos educadores e aos alunos. Nesse contexto, as tecnologias, como mediadores das aulas de Geografia escolar, possibilitam aos alunos a prática do pensar diante da adversidade social vivenciada na conjuntura.

Com a pandemia, as escolas passaram a utilizar novas ferramentas e metodologias de ensino, tal como a gamificação e outros recursos digitais similares, que tinham como objetivo estimular os alunos em seu processo de aprendizagem para os conteúdos de Geografia durante o isolamento social. Segundo Simas e Andrade (2021, p. 58), “[...] muitos trabalhadores, em especial os professores, tiveram suas atividades laborais impactadas e precisaram se ajustar e

exercer suas funções profissionais de forma remota, em *Home Office*”, momento em que tiveram que relacionar suas práticas docentes com os afazeres do lar.

Com isso, vê-se que as políticas sociais não podem estar separadas do contexto de reprodução social, elas precisam dialogar com as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, a exemplo do que ocorreu durante os anos de 2020 a 2021 com o surgimento e disseminação do vírus Sars-cov-2 (GALZERANO, 2021). Diante do exposto, o trabalho discute as políticas educacionais no âmbito da pandemia da Covid-19 na educação estadual da cidade de Teresina/PI e seus desafios para a comunidade escolar.

Dessa forma, a pesquisa contribui para discussões sobre políticas públicas relacionadas à educação na pandemia e as tecnologias, aonde foram analisadas portarias implementadas na rede estadual de ensino da capital, o que possibilitou a inserção dos modelos de ensino, a saber, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e Ensino Híbrido (EH) mediados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Conforme, Araújo, Sousa e Lacerda (2022, p. 64) “[...] frente a essa realidade, muitas escolas da rede básica de ensino e Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras adotaram medidas educacionais com o intuito de dar continuidade às aulas presenciais, que passaram a ser, portanto, ministradas no formato remoto”.

Isto posto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar as políticas educacionais na pandemia da Covid-19 na cidade de Teresina/PI atreladas às TDICs. Os objetivos específicos são: apontar, caracterizar e discutir as portarias na educação da rede estadual da cidade. Para alcançar tais objetivos, realizou-se a seguinte metodologia de pesquisa: leituras, análises e interpretações documentais, tais como as Normas e Portarias quanto ao processo de continuação das aulas ainda na pandemia, logo para este trabalho foram selecionados oito (8) documentos normativos, os quais visavam nortear e favorecer estratégias de ensino. Ademais, foram utilizadas as obras de estudiosos dessa temática, como Galzerano (2021) e Kenski (2012), e ainda documentos normativos disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI). Assim este trabalho apresenta uma abordagem qualitativa de tais documentos legais.

Desse modo, e tendo em vista a realidade docente na capital teresinense durante as aulas remotas, notou-se que os documentos educacionais publicados ainda no início da pandemia possibilitaram, em muitos casos, a reorganização no trabalho docente, a resignificação do uso das TDICs no processo de ensino e aprendizagem, a liberdade docente de ministrar as aulas, porém, escancarou muitos desafios, sobretudo, nas atividades remotas. Sobre isso, Simas e Andrade (2021, p. 97) discorrem que:

Com o isolamento social e a implementação do trabalho remoto, professores e alunos mostram que as desigualdades sociais ficam ainda mais evidentes. A estratégia de adoção de plataformas digitais e aplicativos na elaboração de aulas para a interação com os alunos escancaram a exclusão digital e as dificuldades de acesso enfrentadas.

Ainda em conformidade com estes autores, sobre os dilemas, têm-se ainda o acesso limitado à internet, falta de computadores, celulares e outros aparelhos, também falta de espaço ou mobília para que os alunos pudessem efetivar seus estudos e outros problemas (Simas; Andrade, 2021). Somando-se a isso, e tendo a prática docente como foco desta pesquisa, notou-se, enquanto resultados, que as portarias implementadas durante o isolamento social, ocasionaram sobrecarga de trabalho aos professores(as) de Geografia. Isso aconteceu porque a sala de aula “invadiu” o espaço doméstico de docentes e discentes. Ressalta-se também que a carga horária de trabalho extrapolou a rotina antes planejada, visto que muitas vezes o professor dedicava horas planejando, construindo avaliações e elaborando aulas dinâmicas que pudessem deixar o aluno concentrado e participativo durante as aulas *on-line*, o que foi bastante desafiador.

Em suma, este trabalho está estruturado em cinco seções, esta parte introdutória sendo a primeira, em seguida, na segunda seção, aborda-se todo o percurso metodológico, onde são apresentadas as principais características do trabalho como o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, abordagem de pesquisa e outros. A terceira seção apresenta uma breve discussão sobre políticas públicas, prática docente na pandemia e outros temas correlatos, onde utilizou-se de leituras de obras que discutem o tema central deste estudo. A quarta seção expõe os resultados quanto às análises dos 8 (oito) documentos (portarias e normas) educacionais publicados na pandemia. E na última seção (quinta), é feita uma síntese da pesquisa e apresentação, de forma sintética, dos resultados obtidos.

METODOLOGIA

Para elaboração deste trabalho, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, na qual foram realizadas leituras de artigos científicos, livros e sites especializados acerca da temática central. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa (Prodanov; Freitas, 2013). Em outro momento, utilizou-se da pesquisa documental, com a pretensão de investigar as portarias que foram implementadas nas escolas estaduais da cidade de Teresina/PI na pandemia.



Neste estudo, foram utilizadas as obras de Galzerano (2021), que discute as políticas educacionais na pandemia; Kenski (2012), que aborda a temática da educação e as tecnologias; Araújo, Sousa e Lacerda (2022), que discutem o Ensino híbrido e tecnologias remotas; Gomes e Souza (2021), que apresentam a realidade do ensino remoto no Brasil, sobretudo das regiões sul e sudeste. Ademais, foram realizadas visitas no site da Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC/PI), que é o local onde foram publicados os documentos normativos sobre o andamento do ensino da rede estadual de educação da cidade durante o distanciamento social.

Em se tratando dos objetivos da pesquisa, o trabalho apresentou uma abordagem qualitativa, destacando as discussões das TDICs e os modelos de ensino adotados na pandemia da Covid-19 nos documentos normativos encontrados no período entre 2020 e 2021 homologadas pela SEDUC/PI, assim como os desafios mais recorrentes. Nesse sentido, foram analisados oito documentos sobre o processo de ensino na pandemia atrelado às ferramentas digitais, que permitiram descrever como se deu suas implementações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o isolamento social, todas as escolas passaram a funcionar na modalidade de ensino remoto, logo, o ensino precisou ser transposto para plataformas de comunicação de ensino *on-line*. Gomes e Souza (2021, p. 120) afirmam que “[...] muitos professores e alunos precisaram se adequar aos meios tecnológicos [...]”, este fator está relacionado às políticas públicas implementadas na pandemia da Covid-19. Ainda de acordo com estes autores:

Ao longo da pandemia, os professores, como medida de urgência para atender às demandas das instituições privadas [e públicas] – grifo dos autores- , transformaram suas casas em suas salas de aula. Muitos optaram por um plano de internet com um valor aquisitivo maior; foi necessário aprender a gravar, editar, construir atividades para os alunos, manuseio de plataformas digitais (que até então eram pouco casuais); preencher relatórios, transposições de planejamento; dominar minimamente as ferramentas tecnológicas para desenvolver as atividades (Gomes; Souza, 2021, p. 127).

Destaca-se que o cenário pandêmico revelou os índices de desigualdade para os professores, sobretudo, no tocante às práticas pedagógicas atreladas às Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), o que impossibilitou de imediato sua adaptação à nova realidade. Sobre as políticas públicas, Vieira e Arruda (2021, p. 343) mencionam que “As políticas públicas educacionais vêm se desenvolvendo ao longo das décadas como

importantes aliadas do trabalho e formação de professores, regulamentando a prática profissional docente”.

As políticas públicas são resultantes de ações governamentais que objetivam sanar problemas pertinentes ao desenvolvimento das pessoas e, no tocante a educação, elas tentam efetivar o acesso a mesma. Tenório, Ferreira e Souza (2021, p. 84) confirmam que “[...] tais ações se concretizam por meio de estratégias articuladas entre as esferas administrativas e econômicas dos governos que ao analisarem o problema formulam soluções para o problema detectado”, que na situação, destaca-se a pandemia e o ensino de Geografia, como por exemplo.

No que tange às políticas educacionais, percebe-se em cenário mundial, o papel do desenvolvimento da educação como importante, também, ao desenvolvimento econômico. A partir das mudanças que estruturam as relações de trabalho e construção da sociedade, a educação passa a exercer um papel fundamental para a melhoria e qualidade de vida das cidadãs e cidadãos. Entretanto, as relações estabelecidas entre educação e trabalho, ainda estão focadas nas estruturas hierárquicas do capital (Tenório; Ferreira; Souza, 2021, p. 85).

Diante disso, devem-se pensar as políticas públicas educacionais atreladas às práticas pedagógicas e as tecnologias, pois foi algo bastante desafiador aos professores(as) e alunos(as) durante as aulas mediadas de forma remota na pandemia, o que escancarou também a exclusão digital. Tenório, Ferreira e Souza (2021, p. 86), sobre as tecnologias na educação, apontam que “A falta de acesso a essas tecnologias e recursos se manifesta em desigualdades de oportunidades [...]”, o que impossibilitou, em muitos casos, a permanência de alunos nas aulas *on-line*.

É importante destacar que as aulas presenciais foram interrompidas pela Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020, substituindo as aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19 (Brasil, 2020a). Logo, esta portaria foi de suma importância para que houvesse a redução no número de casos da doença, porém ela realçou as dificuldades, tanto aos professores quanto aos alunos.

De acordo com Sousa e Araújo (2023, p. 104), novos termos foram sendo incorporados na linguagem docente “[...] tais como letramento digital, alfabetização digital, letramento computacional, letramento em mídias e analfabetismo digital”, nativos digitais e muitos outros. O Ministério da Educação, em conjunto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) homologaram muitos pareceres sobre a reorganização escolar no período da pandemia no Brasil, assim como de orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia (Brasil, 2020b).



Logo, todos os dispositivos legais publicados e homologados foram essenciais para que o professor e os alunos permanecessem seguros em suas casas. Porém, ao longo do Ensino Remoto Emergencial (ERE), houve sérios dilemas no estado do Piauí, a saber, evasão e abandono escolar, o que colocou em xeque a preocupação das secretarias de Educação, das gestões escolares e dos próprios professores, e da família.

Em um primeiro momento, a suspensão das atividades pedagógicas presenciais coincidiu com a não oferta de ensino. No entanto, à medida que se agravava a emergência de saúde pública e dela se tinha maior conhecimento, percebeu-se tratar-se de realidade absolutamente atípica, o que demandaria um enfrentamento a longo e indeterminado prazo, com a manutenção das medidas de isolamento social e impactos diretos na educação (Piauí, 2020a).

Ainda em se tratando das ações em território piauiense, o Conselho Estadual de Educação (CEE), por exemplo, publicou várias resoluções em 2020, com o propósito de intensificar melhorias na educação (Piauí, 2020b). Conforme a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-PI), medidas foram pensadas para as escolas da rede estadual de ensino, cerca de 228 mil estudantes da rede estadual, das 658 unidades escolares, nos 224 municípios, tiveram as aulas presenciais suspensas e, apesar da distância entre professores e estudantes, 88,82% dos estudantes matriculados na rede acessaram as atividades remotas de forma virtual ou por meio de material impresso, de acordo com as informações cadastradas pelos professores na plataforma iSeduc (Piauí, 2020c).

Nota-se que houve certa preocupação para a continuação das aulas, porque houve a apreensão com o bem-estar dos alunos, pois a secretaria disponibilizou também aulas que não necessitavam de acesso à internet, transmitida pelo canal aberto de televisão local e pelo canal do *Youtube* (canal educação), Facebook, *podcast* e outros. Com relação à formação docente, e principalmente a Formação Continuada (FC), a SEDUC/PI intensificou as atividades docentes com cursos de curta duração com a temática central: tecnologias educacionais.

Foram implementados cursos virtuais de ferramentas tecnológicas, do iSeduc, aplicativos para aulas, atividades escolares, ensino remoto e ensino híbrido. Formação em protocolo biossanitário para o retorno às aulas presenciais. Também foi trabalhado o aspecto emocional dos professores, com a parceria com o Instituto Península e a disponibilização da plataforma *Vivecer* (Piauí, 2020c).

Diante do exposto, nota-se que houve um movimento com o propósito de auxiliar e beneficiar toda a comunidade escolar por meio das políticas públicas implementadas na pandemia da Covid-19 no território piauiense. Porém, é perceptível que mesmo com todas as

ações direcionadas aos professores, alguns não tiveram tempo o suficiente para assimilar os cursos de FC, o que acabou também sobrecarregando suas atividades enquanto profissional da educação e enquanto pai/mãe de família. Com isso, constata-se que não basta ter apenas políticas direcionadas aos professores, é preciso que os mesmos sejam participativos ativos de sua própria formação, a escola, enquanto gestão escolar, precisa estimular e incentivá-los a participarem da FC.

De acordo com Bezerra, Veloso e Ribeiro (2021, p. 6), “[...] a precariedade de estrutura e recursos tecnológicos nas escolas aliado a uma formação que não contempla práticas pedagógicas no uso das TICs, certamente trouxe um desafio ainda maior na realização de aulas remotas”. Portanto, é nítido, pelo menos no começo das aulas remotas, a dificuldade que foi o professor compreender a importância de suas ações pedagógicas acompanhadas às TDICs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde o início da pandemia da Covid-19 muitas instituições de ensino tiveram que se adaptar ao que seria o “novo” processo de ensino de forma *on-line*. Em vista disso, desde 2020 até o final de 2021, a Secretaria de Estado da Educação do Estado do Piauí (SEDUC/PI) trabalhou com propostas pedagógicas no intuito de estabelecer normas e diretrizes para a continuação do que seriam as aulas presenciais, porém devido ao isolamento social, passaram a ser no modelo ERE e com a redução do número de casos, veio o EH.

As tecnologias sempre fizeram parte do nosso cotidiano, o que aconteceu é que com o advento da pandemia intensificou-se e deu-se nova significância à utilização delas na educação. Kenski (2012) já destacava que por meio das tecnologias digitais é possível representar e processar qualquer tipo de informação, foi o que ocorreu na Educação Básica da rede estadual de Teresina/PI, transformar informações em conhecimentos sólidos por meio dos modelos de ensino adotados na pandemia com o auxílio das ferramentas digitais, e por intermédio de documentos normativos.

Diante disso, oito documentos normativos foram analisados, com vistas a nortear e favorecer estratégias de ensino durante a pandemia. Salienta-se que os primeiros documentos publicados em 2020 foram sete portarias e que estavam relacionados à prática docente, ou seja, apenas orientações quanto à continuação das aulas, a exemplo da Portaria nº 110/2020 de 20 de março de 2020. Esta foi a primeira a ser publicada e estava relacionada com a

suspensão das atividades presenciais até 31 de março, ficando em regime de Teletrabalho (*Home Office*).

A partir desse momento, desencadearam-se novas preocupações de toda comunidade escolar, como por exemplo, de como seriam as aulas *on-line*, uma vez que estávamos em isolamento social. As discussões acerca das aulas foram realizadas pela Portaria nº 115/2020 de 26 de março de 2020, quando apresentou-se e definiu-se estratégias e diretrizes sobre o regime especial de aulas da Rede Estadual de Ensino do Piauí no período pandêmico, como a adesão do ERE.

As demais portarias de nº 309/2020 de 01 de maio de 2020, nº 446/2020 de 22 de junho de 2020 e nº 503/2020 de 9 de julho de 2020, abordaram respectivamente sobre a suspensão das aulas presenciais até o mês de julho, medidas sanitárias nas gerências regionais de educação, assim como das escolas, e início oficial das aulas remotas na rede estadual de educação. Diante do exposto, percebeu-se que as discussões e implementações das TDICs foram sendo inseridas de forma muito gradativa por meio do ERE.

A Portaria nº 776/2020 de 22 de setembro de 2020 trouxe uma nova perspectiva para a educação escolar, pois permitiu utilizar do ensino híbrido, porém apenas para as turmas do 3º ano do ensino médio no seu processo inicial, devido ainda à disseminação do vírus da Covid-19, e somente após alguns meses foram inseridas as turmas do ensino fundamental. Nesse sentido, novos desafios foram surgindo na rotina dos professores, tais como sobrecarga de atividades pedagógicas, não alinhamento dos conteúdos ministrados, tanto de forma presencial como pelo aplicativo adotado pela SEDUC/PI, assim como aqueles ofertados pelo canal do *Youtube* e TV aberta de televisão local.

Destaca-se que o aplicativo, denominado de “iSEDUC”, foi implementado por meio da Portaria nº 1006/2020 de 11 de dezembro de 2020, com a pretensão de subsidiar os desafios do fazer docente. Com isso, esta portaria foi a última a ser homologada pela SEDUC/PI durante o ano de 2020, que possibilitou maior abrangência quanto ao uso das TDICs no processo de ensino e aprendizagem no EH.

Após a redução no número de casos da Covid-19, as instituições de ensino voltaram as suas atividades presenciais, porém seguindo as normas de biossegurança, e o retorno só foi possível por meio da homologação da Portaria nº 51/2020 de 21 de janeiro de 2021. Diante disso, percebeu-se que as políticas públicas relacionadas à educação foram de suma importância na pandemia para o retorno das aulas, para a redução da evasão escolar, o que tornou significativo o conhecimento por meio das TDICs, e também ressignificou as ferramentas digitais para a formação docente, formação continuada e inicial.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou entender os principais desafios docentes oriundos da pandemia, e conseqüentemente, das políticas educacionais quanto ao uso das tecnologias na educação na pandemia. Um dos principais dilemas foi o desconhecimento de muitos professores ao se utilizar as TDICs em seu fazer docente, o que caracterizou o analfabetismo digital em seu processo inicial, como por exemplo, o uso de aplicativos, do próprio computador, acesso à internet de qualidade. Outro dilema secundário foi a dispersão dos alunos durante as aulas no ERE e EH.

As práticas educacionais direcionadas ao uso das tecnologias por meio das portarias publicadas só foram de fato compreendidas pelo corpo docente após o início das aulas *on-line*, a partir da Portaria nº 446/2020 de 22 de junho de 2020, se consolidaram as aulas remotas na rede estadual de ensino de Teresina/PI.

Dessa forma, podemos concluir que mesmo com as homologações das políticas educacionais e com os modelos de ensino na pandemia, muitos professores não conseguiram acompanhar, de forma significativa o processo de inserção das TIDCs nas aulas, a exemplo das aulas da disciplina de Geografia. Portanto, precisa-se discutir e criar estratégias de ensino nas universidades e escolas, assim como a intensificação na formação continuada com o tema recursos didáticos e as tecnologias, a importância das tecnologias na formação docente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de; SOUSA, Marcos Gomes de; LACERDA, Rosana Soares de. Ensino híbrido e tecnologias remotas: discussão no contexto da pandemia na Escola Municipal Professora Zoraide Almeida, Teresina/PI. In: CASTRO, Paula Almeida de; MELO, Ruth Brito de Figueiredo. (org.). **CONEDU – Tecnologias e educação**. Campina Grande: Realize editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/91364>. Acesso em: 11 abr. 2023. p. 61-80.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Brasília: MEC, 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 22 out. 2023.

BRASIL. Ministério da educação. **Conselho Nacional de Educação**. Covid-19. Brasília: MEC, 2020b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>. Acesso em: 22 out. 2023.

GALZERANO, Luciana Sardenha. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 123-138, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33045>. Acesso em: 11 abr. 2023.



GOMES, Hemerson Souza; SOUZA, Camila Vianna. Desafios da prática docente em tempos de pandemia: estudo de casos dos professores de Geografia da rede privada de ensino da Baixada Fluminense (RJ). *In: In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; FRIGÉRIO, Regina Cecília; AZEVEDO, Sandra de Castro. (org.). Ensinar Geografia: potencialidades em tempos de pandemia.* Rio de Janeiro:Consequência Editora, 2021. p. 119-143.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2012.
PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SIMAS, Debora Cristina Vieira de; Andrade, Renata Bernardo. As políticas públicas educacionais da SME-RJ para o trabalho remoto em tempos de pandemia da Covid-19. *In: SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; FRIGÉRIO, Regina Cecília; AZEVEDO, Sandra de Castro. (org.). Ensinar Geografia: potencialidades em tempos de pandemia.* Rio de Janeiro:Consequência editora, 2021. p. 85-117.

SOUZA, Marcos Gomes de; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. Formação docente e as competências digitais: reflexões no ensino de Geografia na formação inicial. **Revista Form@re**, Teresina, v. 11, n. 1, p. 100-112, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/formare/article/view/4889>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUZA, Marcos Gomes de; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. Ensino remoto emergencial no contexto da pandemia da covid-19: reflexões no curso de geografia da universidade federal do piauí. *In: Congresso Nacional de Educação, 8., 2022, Campina Grande. Anais[...]*, Campina Grande: Realize Editora, 2022. p. 1-6. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88899>. Acesso em: 21 out. 2023.

TENÓRIO, Stefanie Sônia Alves; FERREIRA, Fausta Maria Emília de Carvalho; SOUZA, Débora Quetti Marques. **Revista Internacional em Políticas, Currículo, Práticas e Gestão da Educação.** [S. l.], v. 1, n. 1, p. 83-99, ago. 2021. Disponível em: <https://revistasalaoito.com.br/article/doi/10.29327/235555.1.1-5>. Acesso em: 15 out. 2023.

VIEIRA, Maria Clara Dantas; ARRUDA, Leonardo Farias de. Políticas públicas educacionais e pandemia: reflexões sobre a saúde mental a partir de depoimentos de docentes. **Revista Revasf**, Petrolina, v. 11, n. 25, p. 340-362, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1430>. Acesso em: 22 out. 2023.

PIAUI. Relatório de auditoria Tribunal de Contas. **Educação na pandemia e planejamento para retorno das aulas presenciais.** 2020a.

PIAUI. Conselho Estadual de Educação. **Resoluções 2020.** 2020b. Disponível em: <http://www.ceepi.pro.br/Resolu%C3%A7%C3%B5es%20%202020/0%20resolu%C3%A7%C3%A3o%202020.htm>. Acesso em: 20 out. 2023.

PIAUI. Secretaria Estadual de Educação. **A educação piauiense não parou.** Piauí: SEDUC/PI, 2020c. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/8639>. Acesso em: 22 out. 2023.

BEZERRA, Narjara Peixoto Xavier; VELOSO, Antonia Pereira; RIBEIRO, Emerson. Ressignificando a prática docente: experiências em tempos de pandemia. **Revista Práticas educativas, memórias e oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 2, p. 1-15, jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3917>. Acesso em: 23 out. 2023.